



O ATUAL ESTÁGIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MATO GROSSO DO SUL

Gabrielly de Almeida Ribeiro¹

Fabricio Antonio Deffacci²

Introdução

Alfabetizar jovens e adultos é um desafio que tem percorrido anos dentro das discussões educacionais. A preocupação em torno da modalidade tem se solidificado na medida em que as necessidades educacionais não tem suprido a demanda e a evasão da mesma nas escolas.

A escola frente ao desafio de ler e escrever se insere na concepção de que vivemos numa sociedade centrada da escrita, logo, a mesma não está isenta de ter indivíduos que fazem parte desta sociedade, bem como, da história percorrida pelo mesmo até se reintegrar a modalidade.

Vivemos numa sociedade em que as letras, os sons, os meios de comunicações sejam escritos ou orais, estão cada dia mais em forte conexão com o processo de escolarização formal.

O acesso ao mundo da escrita, de acordo com Soares (2003), é missão e responsabilidade da escola, bem como do processo que nela se desenvolve, a escolarização, de modo que a escola e escolarização cabem tanto para aprendizagem de habilidades básicas (leitura e escrita) quanto para o desenvolvimento dessa habilidade,

Entender, portanto, que numa sociedade centrada na escrita como a nossa que os sujeitos estão inseridos mesmo que involuntariamente no mundo da leitura, nos remete a

¹Aluna de Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), bolsista PIBAB. Professora da Rede Pública de Ensino de Mato Grosso Do Sul.

² Doutor em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara. Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba.

compreender que os mesmos que pertencem a essa cultura escrita também são os mesmos que pertencem a escola e ao processo que nela é desenvolvido.

Com base nisso, este artigo visará fazer uma reflexão com base nos estudos direcionados a educação de jovens e adultos no Brasil, mas especificamente, na cidade de Três Lagoas/ MS na intenção de contextualizar no âmbito das teorias educacionais a relação da EJA e sua atuação na sociedade atual.

Educação de Jovens e Adultos: uma breve caracterização

Soares (1999, apud PEREIRA, 2006) afirma que, no Brasil há uma grande preocupação quando se fala em educação de jovens e adultos. A questão dos altos índices de analfabetismo que recaem sobre esses indivíduos é certamente a principal.

Compreendem-se estes como aqueles que não têm a capacidade de codificar e decodificar a fala em escrita e vice-versa, isto é, de não saber ler e escrever. Devido a isto que surgiram diversas campanhas e ações governamentais com a proposta de em curto prazo ensinar a ler e a escrever – alfabetizar, tais que tinham um único objetivo, erradicarem estes índices. Portanto, na tentativa de se criar novas formas para alfabetizar jovens e adultos é que se buscou:

Fazer uma alfabetização de adultos que leve efetivamente, ao domínio da linguagem escrita e não só das tecnologias e buscando inserir, de modo mais completo, o jovem e o adulto no mundo da escrita, as experiências tomam consistências diferentes e vão construindo novos paradigmas. (PEREIRA, 2006, p. 22).

Entretanto, os desafios que se depositam para a alfabetização é certamente a inserção dos indivíduos na cultura escrita. Por isso, deve-se refletir sobre as práticas que dão ênfase nos usos da leitura e escrita e não somente na codificação e decodificação e, neste sentido, muitos programas governamentais de curta duração são tão criticados, pois reconhecem apenas a importância do processo de escolarização e não da aprendizagem, não levando em consideração as particularidades de cada sujeito.

Di Pierro (2010) apresenta as diretrizes do PNE, nas quais se priorizou a questão do direito ao ensino público e gratuito, dentre elas são enfatizados 5 objetivos: 1) erradicar o analfabetismo em um período de dez anos, alfabetizando em cinco anos dez milhões de pessoas; 2) ofertar o primeiro ciclo do ensino fundamental em cinco anos para metade da população que não atingiu esse nível de escolaridade; 3) assegurar a oferta até o final da

década os cursos do segundo ciclo do ensino fundamental para quem já concluiu as séries iniciais; 4) atender quatro vezes mais, em dez anos, o curso de EJA de nível médio; 5) inserir ensino básico e profissionalizantes que atendam adolescentes infratores.

Logo, entende-se que reacender esse debate é de suma importância, tendo em vista todas as diversas campanhas e documentos em favor da erradicação do analfabetismo no Brasil e a forma como o mesmo foi postergado durante vários anos.

Já há tempos os estudiosos salientam a necessidade de superar as abordagens setoriais que pretendem vencer o analfabetismo e a reduzida escolaridade da população sem atuar conjuntamente sobre as condições estruturais de exclusão política, socioeconômica e cultural que geram e reproduzem tais fenômenos (Soares, 1990; GLEACE, 2009, apud DI PIERRO, 2010, p. 953).

A história da educação de jovens e adultos está marcada por três períodos de suma importância, segundo Paiva (1973, apud BORGES, 2009). O primeiro abrange os anos de 1946 a 1958, quando se iniciaram campanhas de cunho nacional de alfabetização com o intuito de eliminar o analfabetismo. Já o segundo momento, corresponde aos anos de 1958 até 1964, que foi marcado pela criação do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, no qual esteve à frente Paulo Freire. Neste momento, permanecia a ideia da elaboração de um programa pelo qual se deveria enfrentar o analfabetismo. E, por fim, o terceiro período corresponde à criação do MOBREAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização.

As classes de alfabetização da EJA surgem no Brasil no período em que só se dispunha do referencial teórico sobre métodos de ensino. Essa é também a característica mundial da alfabetização durante os primeiros setenta anos do século XX. São métodos organizados no âmbito da concepção estruturalista (behaviorista) da linguagem. (BRANCO, 2007, p. 160).

As primeiras políticas destinadas à instrução dos jovens e adultos, segundo o material da UNESCO (2008), iniciaram-se quando o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação se estruturou, levando ao surgimento de diversas campanhas contra o analfabetismo.

No fim dos anos de 1950, após várias campanhas terem surgido, em concomitância a elas vieram as críticas ao modo superficial que se dava a aprendizagem, bem como a inadequação dos programas, a qual não considera a realidade e especificidade do adulto em questão.

Entretanto, a proposta curricular de 2001 afirma que a história da educação de jovens e adultos no Brasil foi delimitada a partir da década de 1930, no período em que a sociedade passava por momentos de mudanças ligadas ao processo de industrialização e a movimentação *rural x urbano* da população, levando a oferecer um ensino gratuito que receberia cada vez mais diferentes segmentos sociais. Esta ampliação foi:

Impulsionada pelo governo federal, que traçava diretrizes educacionais para todo o país, determinando as responsabilidades dos estados e municípios. Tal movimento incluiu também esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino elementar aos adultos, especialmente nos anos 40. (BORGES, 2009, p.19).

Portanto, pode-se afirmar, segundo Borges (2009), que todas as campanhas que se iniciaram a partir da década de 1940 até os anos de 1960 tinham um único intuito: a cada nova proposta se extinguiria o analfabetismo, o qual tinha baixa articulação com o sistema de ensino básico.

Porém, os dados que compõem o material da UNESCO (2008) afirmam que, no início dos anos de 1960, a alfabetização de jovens e adultos esteve fortemente ligada às:

Estratégias de ampliação das bases eleitorais e de sustentação política das reformas que o governo pretendia realizar. A efervescência político social do período compôs o cenário propício a experimentação de novas práticas de alfabetização e animação sociocultural desenvolvidas pelos movimentos de educação e cultura popular, que em sua maioria adotaram a filosofia e o método de alfabetização proposto por Paulo Freire. (UNESCO, 2008, p. 26).

Neste mesmo período surgiram comunidades eclesiais, associações de moradores, organizações de trabalhadores, dentre outras, ou seja, novas ações educativas que realizavam uma alfabetização destinada a jovens e adultos analfabetos. Essas práticas ficaram conhecidas como *educação popular*, baseada na perspectiva de Paulo Freire.

A Educação para Jovens e Adultos (EJA), de acordo com Freire (1997), sempre caminhou em direção à educação popular, pois aponta que a realidade do indivíduo faz algumas exigências que implicam na capacidade dos que aprendem bem como dos que ensinam, pois a educação é entendida como uma redenção aos problemas sociais que ocorrem em determinada classe social. Motivo este que fez surgirem diversos programas que tinham a alfabetização como a base para resolução de todos os problemas.

Certos programas com alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde primária são apenas uma parte do trabalho mais amplo que se sugere quando se fala em educação popular.

[...] adultos se envolvem em processo educativos de alfabetização com palavras pertencentes à sua experiência existencial, palavras grávidas de mundo.
[...] é preciso assumir realmente a politicidade da educação. Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro, com pouco ou quase nada a ver com a luta de classes em que os alunos são vistos apenas como aprendizes de certos objetos de conhecimento aos quais empresto um poder mágico. (FREIRE, 1997, p. 27-29).

O exímio educador defendia uma pedagogia dita libertadora, pois tal apontava que a capacidade de compreensão da realidade dos indivíduos, bem como da sua participação no meio social, os levaria a entender os modos de dominação ou não dos indivíduos desta sociedade.

Sua proposta afirmava que seria possível alfabetizar em três meses os sujeitos, pois se entendia que os educandos exerciam seu papel enquanto produtores de cultura, considerando também que tais deveriam ter previamente um conhecimento com aproximadamente vinte palavras geradoras.

Entretanto, a escolarização de jovens e adultos, a partir de 1971, ganhou outra grande campanha historicamente constituída, que se tornaria referência até os dias de hoje, quando se fala em EJA, o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização. Nesse período o MOBRAL se expandiu por todo país com a mesma promessa das outras campanhas, a erradicação do analfabetismo. Mas, não obteve esse êxito, levando-o à sua extinção por volta dos anos de 1985 e sendo substituído pela Fundação Educar. Segundo Haddad (2001, apud BORGES, 2009), o MOBRAL foi organizado pelo governo federal e tinha por intuito proporcionar uma alfabetização para a maioria dos adultos analfabetos a partir de um controle federal, o que não o diferenciava das outras campanhas já realizadas.

Portanto, segundo a UNESCO (2008), a história da EJA no Brasil esteve fortemente marcada pela centralização e descentralização das políticas implantadas ao longo das campanhas criadas. Contudo, com o fim do MOBRAL, outras novas organizações surgiram, como: Fundação Educar (1985-1990), o Programa Alfabetização Solidária (1998-2002) e o Brasil Alfabetizado (2003-2007). Porém, mesmo com todas as tentativas de se erradicar o analfabetismo, os desafios da educação de jovens e adultos no Brasil ainda são enormes.

Em se tratando do foco específico deste artigo, Três Lagoas está localizada na região leste de Mato Grosso do Sul (estado composto por 79 municípios), segundo dados do IBGE (2010) possui uma área territorial de 10.206,949 km e um quantitativo populacional de 101.791 pessoas. E, ao tratarmos da questão da educação de jovens e adultos no MS,

destacam-se os motivos pelos quais a modalidade vem se extinguindo com o passar dos anos, levando em consideração a situação de evasão.

Na última década, o número total de matrículas da educação de jovens e adultos no Brasil não passou de 5,7 milhões e, desde 2006, vem caindo anualmente. Segundo o IBGE, o número de brasileiros, com mais de 25 anos que não tem instrução ou não completaram o ensino fundamental, cresceu de 51,2 milhões para 54,4 milhões de 2000 a 2010. (PEE-MS, 2014, p. 66).

Deste modo, tomando como base o PEE-MS 2014- 2024 (Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul), o qual, em suma, apresenta metas a serem alcançadas na educação no estado durante o período de 2014 a 2024, faremos uma breve discussão acerca de algumas metas que contemplam a temática destacada.

Considera-se, no presente estudo, a acentuada diminuição de matrículas no estado, no período de 2008 a 2013, a qual há cerca de 50% de queda, uma vez que em 2008 havia um total de 81.275 alunos matriculados e, em 2013, diminuiu para 41.241.

Partindo do pressuposto de que o governo deve garantir o direito de uma educação com qualidade para todos e que devemos considerar todas as condições sociais nas quais os indivíduos que compõe a EJA se encontram, levando em consideração toda sua carga histórica, assim como sua real condição e atuação na sociedade, torna-se possível questionar: será que de fato isso ocorre dentro das instituições que oferecem essa modalidade de ensino?

A meta 8 do PEE-MS 2014-2014 (p.60), por exemplo, aponta como objetivo “elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo, 12 anos de estudo até o último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros.”

Pesquisas nacionais apontam que jovens de distintas categorias étnicas e sociais contam com diferentes níveis de possibilidade de alcançar melhores resultados; na média, segundo o IPEA, quase metade de todos eles ainda está retida no ensino fundamental e no ensino médio (57% de pretos/pardos e 29% de brancos) e as probabilidades de sucesso são baixas e também desiguais. (PEE-MS, 2014, p. 60)

Destaca-se, ainda, que as desigualdades sociais e socioeconômicas, em especial em relação à etnia, são um dos enfoques que precisam ser repensados, tendo em vista o objetivo de distribuição de modo justo das oportunidades educativas. Dentre as estratégias para esta meta, está 8.7 apontando a necessidade de “formular, em parceria com outros órgãos e instituições, currículos adequados às especificidades dos (as) estudantes da EJA, incluindo

temas que valorizem os ciclo/fases da vida, a promoção da inserção no mundo do trabalho e a participação social.” (PEE-MS, 2014, p. 63).

Entende-se, portanto, a preocupação com o atendimento de todos (as) dentro da modalidade, porém também se compreende que a realidade oferecida ainda não contempla com satisfação a meta destacada, pois um município como Três Lagoas, o qual apresenta uma vasta diversidade sociocultural, bem como um alto crescimento industrial, aponta para a necessidade de uma dada escolaridade para a execução de determinadas exigências sociais e, em contrapartida, tem poucas escolas em vista das necessidades apresentadas.

Outra meta a ser destacada é a 9, a qual traz como título a “Alfabetização e Analfabetismo”. O intuito da mesma é “elevar para 95% a taxa de alfabetização da população com 15 ou mais de idade até 2015 e, até o final da vigência do PEE-MS, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional” (PEE-MS, 2014, p. 64). Observa-se que a mesma apresenta de modo idêntico aos programas anteriores destacados no percurso histórico, o mesmo objetivo que é erradicar o analfabetismo. Mas, quais os fatores que implicam para essa extinção? Ao discutirmos a EJA, devemos levar em consideração todos os fatores que estão intrínsecos nessa modalidade de ensino. “Em Mato Grosso do Sul, segundo IBGE/PNAD 2012 a taxa de analfabetismo ou alfabetismo funcional da população com 1 ano ou mais, em 2012, é de 18,6 % (370.136 pessoas). No Brasil, a taxa é 18,3%, nesse ano. A meta para 2014 é reduzir em 50% essa taxa” (PEE-MS, 2014, p. 66).

De acordo com o material da UNESCO (2008), nos anos de 1960 a alfabetização de jovens e adultos esteve ligada às estratégias de manutenção política das reformas que o governo pretendia realizar. Nesse momento, o cenário era favorável à experimentação de novas práticas de alfabetização. Desta forma, para Haddad (2000) a alfabetização tornou-se responsabilidade para a ampliação e fundamentação da educação de jovens e adultos.

Portanto, compreende-se que a realidade do estado demanda propostas pedagógicas que atuem de maneiras distintas. Desse modo, o Plano Educacional em questão aponta para a necessidade de uma educação nessa modalidade integrada à educação profissional, na tentativa de que se torne possível o retorno, bem como a conclusão da trajetória escolar desses indivíduos.

Nesse sentido, a meta 10 apresenta a seguinte titulação: a EJA integrada à educação profissional tem por objetivo oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens

e adultos, na forma integrada à educação profissional. Reconhece que um dos maiores desafios da modalidade é a diversidade de alunos(as) e o modo como atuam socialmente:

[...] seu público prioritário inclui desde os idosos da zona rural aos jovens das pequenas e grandes cidades, as minorias étnico-raciais, as pessoas com deficiência e a população privada de liberdade.

Uma das razões pelas quais os estudantes da EJA retornam para a escola é o desejo de elevação do nível de escolaridade para atender as exigências do mundo do trabalho. Cada estudante que procura os cursos de EJA apresenta um tempo social e um tempo escolar vivido, o que implica a necessidade de reorganização curricular, do tempo e dos espaços escolares.

[...] O resultado da integração e articulação entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional é concebido como uma alternativa de inclusão social de jovens excluídos da escola e do trabalho. Essa inclusão se dará pela elevação dos níveis de escolaridade desses jovens, pela sua qualificação inicial para o trabalho e pela sua participação cidadã na sociedade. (PEE-MS, 2014, p. 69).

Dentre os programas instituídos estão o PROEJA e o Projovem urbano, que visam contemplar o objetivo destacado nesta meta. O PROEJA foi instituído na rede estadual de ensino em 2008, ofertada somente no município de Campo Grande, com os cursos de Técnico em Comércio, em Eventos e em Eletrônica, e em 2010 no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) na medida em que criavam novos *campi* pelo estado foi-se expandido a oferta e se deu em seis municípios: Campo Grande, Corumbá, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas. Em relação ao Projovem urbano “a rede estadual oferece esse programa em 22 municípios (polo) e em 26 escolas (núcleos) do estado” (PEE-MS, 2014, p. 71).

Com isso, nota-se que, com base nos documentos destacados, há uma forte referência a contemplação da modalidade EJA no estado, porém nos remete também a preocupação no campo de atuação nos municípios, tendo em vista as questões que fomentam essa discussão no quesito evasão, permanência, acesso, e contribuição da mesma para a vida cotidiana daqueles que são atendidos.

Com base neste breve levantamento, nota-se que dentre as temáticas que norteiam as dificuldades enfrentadas pela modalidade EJA, está, segundo Oliveira (2009), a questão da organização do currículo, na qual emerge a perspectiva disciplinarista e tecnicista do modelo escolar, propiciando maior dificuldade para se estabelecer diálogos, saberes e experiências vividas articulando-os aos conteúdos escolares.

Educar jovens e adultos, em última instância, não se restringe a tratar de conteúdos intelectuais, mas implica lidar com valores, com formas de respeitar e reconhecer as diferenças e os iguais. E isso se faz desde o lugar que passa a ocupar nas políticas públicas. De nada adianta impor conteúdos, se não se sabe que eles são bens produzidos por todos os homens, que a eles têm direito e devem poder usufruí-los. Nenhuma aprendizagem, portanto, pode-se fazer destituída do sentido ético, humano

e solidário que justifica a condição de seres humanizados, providos de inteligência. (PAIVA, 2007, p. 33).

Esta, talvez, tem sido uma das grandes dificuldades da escola frente à necessidade que demanda a EJA. A confusa relação entre as questões de ordem social nos leva a refletir sobre a maneira como estas são trazidas e discutidas nos espaços escolares. É notório que há na mesma uma diversidade de indivíduos a serem escolarizados, e cada um possui uma vasta carga histórica consigo, adquirida socialmente. Assim, a forma como consta a modalidade nos documentos nos remete a refletir sobre sua concepção e a maneira como é conduzida nas salas de aula.

Um dos pontos também em destaque é a questão da infantilização do ensino, e isto tem sido motivo de grandes questões acerca dos debates promovidos ao longo desses anos.

Não importando a idade dos alunos, a organização dos conteúdos a serem trabalhados e os modos privilegiados de abordagem dos mesmos seguem as propostas desenvolvidas para as crianças de ensino regular. Os problemas com a linguagem utilizada pelo professorado e com a infantilização de pessoas que, se não puderam ir à escola, tiveram e têm uma vida rica em aprendizagens que mereciam maior atenção, são muitos. (OLIVEIRA 2009, p. 99).

Assim, a proposta curricular não deixa explícita a real importância do diálogo, experiências, e a riqueza que as atividades reais do dia a dia trazem para o processo de escolarização. A ausência do debate para uma futura reestruturação torna a modalidade algo idealizado fora da demanda que é atendida. “Uma prática curricular consistente somente pode ser encontrada no saber dos sujeitos praticantes do currículo” (OLIVEIRA 2009, p. 103).

A importância atribuída hoje à experiência encontra-se, assim, articulada com a reflexão que os sujeitos são capazes de produzir sobre eles próprios e sobre a sua ação no mundo, sendo, por isso, estruturante do desenvolvimento do adulto na sua globalidade, nomeadamente quando é pensada no contexto de uma reflexividade crítica, geradora de uma consciência contextualizada. (NÓVOA; FINGER, 1988, apud SILVA, 2007, p. 25).

A função do próprio trabalho pedagógico não será apenas de atribuir os conhecimentos previamente previstos, mas também de compreender e desenvolver conteúdos que contribuirão para ações além do espaço restrito da escola. Entrar ou retornar ao processo de escolarização implica diretamente na transformação de novos saberes, discursos e apropriações. Se entendermos a escola enquanto um sistema imutável, de conhecimentos pré-moldados, deixamos de reconhecer os participantes diretos do processo de escolarização.

A aprendizagem da escrita está diretamente ligada à tomada de conhecimento de novas realidades, associadas a novas áreas de conhecimento e a novos modos de organizar institucionalmente a sociedade. Ensinar- aprender a ler e a escrever se inscreve no movimento de participação na cultura letrada. Muito mais do que compreender como funciona a modalidade escrita da linguagem verbal, saber ler e escrever socialmente é ter acesso ao mundo da escrita na escola e na vida. (GOULART, 2015, p. 13).

É nas instituições escolares que possuem a modalidade que estão os jovens e os adultos reais. Enxergá-los nos remete a compreender a importância de mudar o olhar frente ao direito à educação pertencente a esse grupo e o modo como ela poderá colaborar “para a busca de resposta a uma realidade cada vez mais aguda e representativa de problemas que habitam o sistema educacional como um todo.” (ANDRADE, 2009, p. 36).

Diversas discussões já foram realizadas sobre erradicar o analfabetismo a partir da EJA. De fato, ainda se tem muito a fazer com essa temática, mas a modalidade acende todos os dias concepções dos sujeitos nelas presentes, propiciando novos debates pertinentes para sua melhoria. Não devemos descartar a acessibilidade, qualidade e adequação das necessidades dos indivíduos nela presentes.

Considerações finais

Para finalizarmos, consideramos importante salientar a relevância das trajetórias e experiências que foram construídas socialmente em cada indivíduo que se faz presente nas instituições escolares. Tratar da educação de jovens e adultos sem levar em consideração toda sua trajetória histórica dentro das instituições tem apenas salientado os discursos de fracassos, bem como de evasão. É necessário entender que por meio da linguagem, seja oral ou escrita, há uma nova constituição de significação tanto da palavra, quanto dos conteúdos inseridos. Essas relações entre os sujeitos com as atividades pedagógicas devem ser repensadas, pois por meio delas o sentido concreto da educação de jovens e adultos precisa ser reestruturada no âmbito curricular. Esta é, sem dúvida, apenas umas das problemáticas que emergem as discussões sobre a educação de jovens e adultos, a qual fomenta diferentes posicionamentos no meio acadêmico, bem como em ações governamentais ao longo dos anos. Refletir e discutir uma educação que atenda de fato as necessidades dos indivíduos é um começo, mas certamente há muito que se fazer.

Referências

- ANDRADE, Eliane Ribeiro. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane. *Educação de jovens e adultos*. Petrópolis, DP et Alli, p. 35- 43, 2009.
- BRANCO, Veronica. A sala de aula na educação de jovens e adultos. *Educar*, Curitiba, n. 29: 157-170. Jan/Jun., 2007.
- BORGES, Liana da Silva. *A Alfabetização de Jovens e Adultos como Movimento: um recorte a genealogia do MOVA*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em educação, Faculdade de Educação, Pontifca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CAMPO GRANDE: Secretaria de Estado de Educação. *Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul 2014- 2024*. Campo Grande, 2015. p. 60 – 72.
- DI PIERRO, Maria Clara. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010
- FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOULART, Cecília Maria Aldigueri. Alfabetização e ensino da linguagem na escola no contexto da cultura escrita. *Pensares em Revista*, São Paulo, n. 6: 9-22, Jan./Jun. 2015.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa. Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane. *Educação de jovens e adultos*. Petrópolis, DP et Alli, p. 96- 107, 2009.
- PAIVA, Jane. Educação de jovens e adultos: questões atuais em cenário de mudança. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane. *Educação de jovens e adultos*. Petrópolis, DP et Alli, p. 22- 33, 2007.
- PEREIRA, Maria Lúcia de Carvalho. *A construção do letramento na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SILVA, Ana Maria Costa e. Desafios contemporâneos para a formação de jovens e adultos. *Educar em revista*, Curitiba, n. 29, p. 15-28, Jan./Jun. 2007.
- UNESCO. *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática*. Brasília, 2008.